



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

DESIGUALDADES NO ACESSO À EDUCAÇÃO SOB UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Alana Assunção Damasceno de Souza

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano/ Universidade Federal do Sul da Bahia –
alana.damasceno@gmail.com*

RESUMO

O presente estudo faz parte do projeto que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais e visa analisar como as desigualdades étnico-raciais, de classe e de gênero se relacionam com o acesso à educação formal. Assim sendo, considera que a abordagem sob uma perspectiva interseccional é essencial para compreendermos as particularidades dos diversos segmentos populacionais e suas reverberações no acesso a esse direito. Para fundamentar a discussão, usaremos como metodologia a pesquisa bibliográfica e as experiências vivenciadas como Assistente Social de uma instituição de ensino. Ressalte-se que a presente pesquisa não possui o objetivo de gerar conclusões, mas, sim, levantar hipóteses acerca da temática, as quais poderão apontar caminhos para futuras intervenções.

Palavras-chave – Desigualdades, Educação, Interseccionalidade.

Historicamente, os espaços de educação formal foram objetivamente e/ou simbolicamente negados a uma parcela significativa da população. Sendo esta, majoritariamente, a negra. Se analisarmos esta questão sob um ponto de vista que intersecciona raça/etnia com classe e gênero, perceberemos que há uma grande disparidade entre esses diversos segmentos e o acesso à educação formal.

No final da primeira década do século XXI foram realizados vários estudos que visavam analisar as transformações na

educação. No entanto, na maioria deles, essas três dimensões abordadas neste artigo não apareciam de maneira associada, segundo Edilza Sotero (2013). Esta autora complementa que pesquisar com base em uma perspectiva interseccional é fundamental para que possamos perceber as características das desigualdades. Nesse sentido, muitas contribuições estão sendo dadas, sobretudo, por pesquisadoras do feminismo negro, o que representa, inclusive, o intento de superação da ideia universalizante de ser mulher ou homem, a



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

qual tende a invisibilizar variados eixos de opressão com características sexistas, racistas e classistas. Assim sendo, de acordo com CRENSHAW, 2002, p. 177:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Para Sueli Carneiro (2011), a análise conjunta dos quesitos raça e classe apresenta a necessidade de ponderação que a construção social e cultural do primeiro quesito foi/é determinante na configuração da estrutura de classes no contexto brasileiro. Destarte, raça e classe são elementos estruturantes das desigualdades sociais no país.

A autora exemplifica tal afirmativa expondo a disparidade do índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população branca e da negra no Brasil. A população autodeclarada branca apresenta índices de padrões de desenvolvimento compatíveis com países como a Bélgica; a população negra, por sua vez, apresenta

indicadores similares a países em desenvolvimento, a exemplo da África do Sul.

O dado supracitado sugere que não existe uma igualdade de acesso a direitos entre essas populações. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), no que concerne à restrição de acesso a direitos básicos¹, as pessoas pretas e pardas apresentam maiores restrições. Considerando, especificamente, o direito à educação a partir de um recorte, também, de gênero, 34% dos homens pretos ou pardos possuem restrições de acesso, seguidos por 31,5% de mulheres pretas ou pardas, 23,9% de homens brancos e 23,5% de mulheres brancas com restrições².

Desse modo, cabe salientar que o histórico de desigualdade influencia negativamente o acesso às diversas políticas públicas, entre elas a de educação. De acordo com Eliana Cavalleiro (2001,) o racismo presente na escola básica influencia

¹ A pesquisa considera restrições de acesso a direitos como: educação, proteção social, condições de moradia e serviços de saneamento.

² O IBGE considerou na pesquisa: crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam a escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas e pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam Ensino Fundamental completo.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

negativamente a autoestima das crianças negras podendo reverberar no seu desenvolvimento no ambiente escolar. A valorização da estética branca, em detrimento da negra, inclusive nos livros didáticos; tratamento mais afetuoso dirigido às crianças brancas; a falta de reconhecimento de que vivemos em uma sociedade racista; ou até mesmo o silenciamento diante de injúrias raciais praticadas na escola são alguns aspectos que podem prejudicar o processo de socialização e desenvolvimento da escolarização de crianças negras.

Mais uma vez a partir de uma perspectiva de gênero, outra pesquisa realizada no ano de 2009 pelo IBGE aponta que as mulheres brancas são as que apresentam mais anos de estudo e menor defasagem escolar, seguidas por homens brancos, e, então, por mulheres negras e homens negros, respectivamente. Obviamente, esses dados refletem a própria formação da sociedade brasileira, a qual foi construída sobre bases desiguais; ancoradas, também, no racismo e na cultura patriarcal.

Alceu Ferraro (2010), com o objetivo de compreender as características do processo de escolarização brasileira, realizou um estudo que buscou articular essas três

dimensões (gênero, raça e classe), entendendo que, embora cada uma delas apresente uma complexidade social e conceitual, mostra-se necessário interseccionalizá-las, a fim de apreender os fenômenos sociais. Ele observou os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) desde a década de 1920, os quais apontaram que, no decorrer do período analisado, as mulheres passaram a ser maioria no acesso à educação formal, representando uma inversão na relação entre sexo e escolarização. Ferraro (*apud* Carvalho, 2003) afirma que essa mudança se deu tanto em médias de anos de estudo, quanto no número de pessoas alfabetizadas.

Entretanto, esses dados não apontam, necessariamente, a superação da histórica desigualdade de gênero. O autor explana que debates tem ido ao encontro da ideia de que a sociedade exige níveis mais elevados de estudo às mulheres do que aos homens, ainda que para ocupação de postos de trabalho similares. Nessa direção, a PNAD de 2014 assinala que mesmo com mais anos de estudo, as mulheres ganham menos que os homens. Além disso, apesar das estatísticas exporem que as mulheres são maioria, o



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

sexismo e o machismo estão presentes nos espaços formais de educação, afinal, estes também são locais de (re) produção dos comportamentos socialmente construídos.

É imprescindível ressaltar, ainda, que o acesso à escolarização não se deu de forma igualitária para mulheres brancas e não-brancas. Como já citamos anteriormente, as mulheres negras estão em desvantagem no que concerne ao acesso à educação se considerarmos a população branca (homens e mulheres). A nível de exemplificação, trazemos um dado concernente ao acesso ao ensino superior: a taxa de mulheres brancas com acesso a esse nível de ensino é de 23,8%, já a de mulheres negras é de 9,9% (IPEA, 2011). Sueli Carneiro (2011) ressalta que as mulheres negras, para alcançar o mesmo padrão salarial de mulheres brancas que possuem de quatro a sete anos de estudo, precisam estudar quatro anos a mais, assim sendo, tem que atingir de oito a onze anos de estudo.

O homem negro, por sua vez, está na base dessa pirâmide, apresentando menos anos de estudo, quantitativo mais significado de evasão escolar e maior distorção idade série, tanto no ensino fundamental, quanto no médio, de acordo com o IPEA (2011).

No ensino médio, essa taxa de distorção atinge 41% dos jovens negros e 26,9% dos jovens brancos. Já no público feminino: 38,2% de jovens negras, contra 24,1 de brancas.

Alguns estudos visam se debruçar no fenômeno do insucesso escolar concentrar-se majoritariamente entre os meninos negros, apontando, como uma das causas, a diferença de educação dada aos meninos e meninas. Nessa perspectiva, as meninas seriam educadas para serem mais passivas e obedientes às normas, sendo, desse modo, mais adaptáveis à escola. Não podemos deixar de citar, ainda, a necessidade de sobrevivência material dos jovens pobres e a cobrança maior entre os homens para que seja provedor econômico. Esta realidade contribui para que muitos meninos comecem a trabalhar ainda em período escolar, vindo, possivelmente, a ocasionar retenção ou evasão.

De acordo com Luiza Bairros (2013) a persistência destas desigualdades demonstradas nesse breve estudo pode ser atribuída

[...] à resiliência de mecanismo de reprodução de hierarquias e desigualdades sociais. Entre estes se destacam o racismo e o sexismo, que se combinam para delinear na



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

sociedade visões que estereotipam e classificam capacidades e atributos de brancos e negros, de mulheres e homens, de modo a produzir condições diferenciadas de acesso a direitos e a oportunidades.” (BAIROS, 2013, p. 13)

Essas questões apresentam a latente necessidade de nos debruçarmos em estudos que visem compreender esse processo de manutenção de desigualdades, transversalizando gênero, raça e classe, uma vez que, embora o racismo, o machismo e as desigualdades de classe sejam sistemas opressores diferentes, eles estão constantemente intercruzados.

Nesse sentido, a educação formal possui um papel extremamente relevante na luta pelo combate a essas variadas formas de opressão e, como aponta Eliana Cavalleiro

(2001), é fundamental que todos os atores sociais implicados no processo educacional, da educação básica à superior, reflitam e estabeleçam estratégias que visem intervir nessa realidade.

REFERÊNCIAS

As mulheres estudam mais e continuam ganhando menos no Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447423205_196245.html> Acesso em 28/06/2018.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

CRENSHAW, Kimberlé. DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>>. Acesso em: 05 de nov. 2018.

COSTA, G. S.. Trajetória de Escolarização de Jovens Negras no Ensino Médio. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, 2015, Florianópolis. 37ª Reunião da ANPED. Florianópolis: Gráfica e Editora Copiart Ltda EPP, 2015. v. 37. p. 391-391.

FERRARO, A. R.. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 36, p. 505-526, 2010.

IPEA. Gênero e pobreza no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, Ipea, 2004.

_____. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em 23/03/2018.

SOTERO, Edilza. Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2013.